

FLiA - Feira Literária de Assis: território e práticas comunitárias

Elaine Calça¹, Gabriela Emery Sachse do Carmo², Maria Rita Melo Barcelos³

Resumo

Este artigo analisa o projeto estético-político proposto pelo coletivo da Feira Literária de Assis (FLiA), a partir da sua atuação. Para isso, primeiro apresentamos a abordagem teórica, discutindo o percurso das políticas culturais no contexto nacional e problematizando paradigmas que influenciaram seus processos de construção, tendo em vista importantes marcos em âmbito internacional. Em seguida, contextualizamos a Feira Literária de Assis a partir do histórico do espaço de ocupação dela, o Galpão Cultural, as frentes de atuação e mobilização. Por fim, de acordo com o método cartográfico, o qual possui como ferramenta metodológica a pesquisa-intervenção, trazemos contribuições que caracterizam a FLiA como um movimento social, com uma política cultural de base comunitária.

Palavras-chave

Políticas culturais de base comunitária. Cultura Viva. Pontos de Cultura. Feira Literária de Assis. Interior Profundo.

¹Doutoranda em Língua e Literatura Alemã na Universidade de São Paulo, Brasil, com cotutela na *University of Münster*, Alemanha; integrante da equipe de produtoras da Feira Literária de Assis – FLiA e Fliazinha. E-mail: elaine_calca@usp.br.

²Doutoranda em Psicologia e Sociedade na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil; integrante da equipe de produtoras da Feira Literária de Assis – FLiA e Fliazinha. E-mail: gabrielaemery@hotmail.com.

³Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil; vocalista na Vamo Vovó Big Band e produtora musical; integrante da equipe de produtoras da Feira Literária de Assis – FLiA e Fliazinha. E-mail: mariarita@circus.org.br.

FLiA - Feira Literária de Assis: territory and community practices

Elaine Calça⁴, Gabriela Emery Sachse do Carmo⁵, Maria Rita Melo Barcelos⁶

Abstract

This paper analyzes the aesthetic-political project proposed by the collective of the Assis Literary Fair (FLiA), based on its performance. Therefore, we first present the theoretical approach discussing the course of cultural policies in the national context and problematizing paradigms that influenced their construction processes, considering important milestones at the international level. Then, we contextualize the Assis Literary Fair from the history of its occupation space, the Galpão Cultural, its action and mobilization history. Finally, according to the cartographic method, which uses intervention research as a methodological tool, we bring contributions that characterize FLiA as a social movement, with a community-based cultural policy.

Keywords

Community Based Cultural Policy. Living Culture. Culture Points. Assis Literary Fair. Interior Profundo.

⁴PhD student in German Language and Literature at the University of São Paulo, Brazil, with co-tutorship at the University of Münster, Germany; member of the team of producers of the Assis Literary Fair – FLiA and Fliazinha. E-mail: elaine_calca@usp.br.

⁵PhD student in Psychology and Society at Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brazil; member of the team of producers of the Assis Literary Fair – FLiA and Fliazinha. E-mail: gabrielaemery@hotmail.com.

⁶Graduated in Psychology from Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brazil; vocalist in Vamo Vovó Big Band and music producer; member of the team of producers of the Assis Literary Fair – FLiA and Fliazinha. E-mail: mariarita@circus.org.br.

Introdução

O presente trabalho pretende analisar o processo de organização da Feira Literária de Assis, doravante FLiA, evidenciando que suas práticas podem ser consideradas de base comunitária. A FLiA é um dos projetos que ocorrem no Ponto de Cultura Galpão Cultural, que situa-se em Assis, São Paulo, na região do Oeste Paulista. A FLiA é uma das principais ações de mobilização em rede e de formação de público leitor na cidade. Este trabalho guiará a análise de atuação da FLiA a partir de três *Leitmotive*⁷: o território, a estrutura de organização e as redes de afeto, que poderão demonstrar como se dá a atuação da Feira. Nossa hipótese parte da criação de um ambiente comunitário enquanto dispositivo de cultura viva e transformação no território.

Normalmente, os estudos de políticas culturais no Brasil analisam as políticas estatais nas instâncias federal, estadual e municipal, e as intervenções de instituições públicas, privadas e mistas. Segundo Santos (2016, p. 21), “é ínfimo o número de estudos que destacam as políticas culturais de base comunitária”, devido a este motivo, o presente trabalho analisa o caso da FLiA. A escolha desse caso se dá pela participação direta das autoras na idealização e atuação junto ao grupo e por entenderem esse estudo como uma pesquisa-intervenção, na qual consideram a pesquisa uma imersão no plano da experiência (Passos; Kastrup, 2015).

A ação cultural de base comunitária está relacionada ao território, mas pode transcender o aspecto geográfico, estando conectada a redes de apoio e solidariedade (Falcão-Luna; Jesus, 2016). Sobretudo, ela reúne experiências em que são compartilhados objetivos comuns e valorizados práticas e conhecimentos populares, além de diferenciar-se de outras produções e políticas culturais vinculadas à lógica mercadológica, pois não tem como principal interesse comercializar um produto, mas fazer circular narrativas que são produzidas de formas independentes no território.

A fim de contextualizar essa atuação e as políticas culturais de base comunitária, faz-se necessário compreender que, historicamente, as práticas de base comunitária ocuparam as margens, exercendo um papel de resistência. Os saberes da cultura popular foram, ao longo do tempo, sobrevivendo apesar das forças de sufocamento exercidas pela cultura hegemônica, fruto do colonialismo, do neoliberalismo e do patriarcado.

Diante disso, registros históricos acerca das manifestações populares e independentes que ocorrem no interior do Brasil são, muitas vezes, escassos ou encontram-se

⁷Motivo condutor é uma técnica introduzida por Richard Wagner para referenciar-se sempre a uma passagem ou personagem, tema melódico ou harmônico de música.

homogeneizados e classificados enquanto folclore nacional. Sobrepondo-se a isso, a história das políticas culturais relata as práticas no âmbito institucional, no qual as culturas erudita e patrimonialista são mais visibilizadas. Assim, no delineamento paradigmático das políticas culturais no contexto ocidental, destacam-se duas importantes perspectivas. A primeira é chamada de sociológica, e a segunda, antropológica. Entre os acontecimentos históricos, essas duas perspectivas vão ganhando relevo e importância de acordo com a dinâmica de interesse que envolve o contexto político, econômico, social e cultural. Vale ressaltar que ambas as abordagens não são excludentes entre si, o que quer dizer que podem coexistir em um mesmo contexto nas políticas culturais. Desse modo, o campo das políticas culturais foi sendo, histórica e socialmente, construído a partir de um processo que expressa conflitos e sobreposições.

Este estudo justifica-se sociológica e eticamente com base na importância da produção de pesquisas científicas que reconheçam intervenções sociais elaboradas. Além disso, é importante que pesquisas científicas sejam elaboradas pelos próprios movimentos sociais, resultantes de contradições concretas nas relações sociais.

Análise e Fundamentação Teórica

A cultura diz respeito às produções simbólicas e materiais dos agrupamentos humanos, incluindo conjuntos de conhecimentos, tecnologias, tradições, valores, sentidos de práticas e de relações psicossociais que lhes dão contornos. Como tal, é uma das mais importantes ferramentas políticas, a saber, de gestão de populações, de governança e de transformação social. Por isso mesmo, se converte em um grande palco de lutas e disputas, conforme é possível visualizar no decorrer da história das políticas culturais.

Embora haja divergências entre autores, concorda-se que a política cultural ganha certa importância a partir do século 20 e, com mais evidência, no período pós-segunda guerra mundial. Um grande marco que deu início aos debates acerca de políticas culturais foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Organização das Nações Unidas (1948), na qual a cultura é considerada um direito universal. A partir dessa, outras experiências em encontros e conferências foram realizadas, influenciando e dando as bases às políticas públicas culturais que deveriam acontecer no âmbito dos Estados que assinam e participam das conferências.

Destacamos a criação do Ministério dos Assuntos Culturais, na França, em 1959, que passa a exercer forte influência em vários países do ocidente, propondo o primeiro desenho

paradigmático das políticas culturais (Rubim, 2009). Essas políticas estão mais alinhadas à perspectiva sociológica, que associa cultura à arte institucionalizada, como a pintura, a dança, o teatro, a música, entre outras, e busca popularizar a chamada alta cultura ou cultura clássica, a partir da ideia de “democratização cultural”, tendo como principal alicerce “a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental e francês canonicamente entronizado como «a» cultura” (Rubim, 2009, p. 96).

Em reação a essa perspectiva de ação cultural, em 1968, foi difundida a ideia de “democracia cultural”, contribuindo para o delineamento de um segundo desenho paradigmático das políticas culturais, que traz como perspectiva a visão antropológica. Essa perspectiva considera cultura como cotidiano, modos de vida dos povos e grupos, e está ligada ao universo simbólico, reivindicando “uma definição mais ampla de cultura, [que] reconhece a diversidade de formatos expressivos existentes, busca uma maior integração entre cultura e vida cotidiana e assume como condição da política cultural a descentralização das intervenções culturais” (Bolán, 2006 p. 87 *apud* Rubim, 2009, p. 96). Assim, essa perspectiva permite que as práticas culturais promovidas pela população, antes denominadas de folclore, passem a ser reconhecidas como cultura pelos Estados.

De modo geral, a ideia de cultura, tal como propõe a perspectiva antropológica, é considerada tardiamente nos processos de institucionalização da política cultural, o que revela a forte influência que a visão sociológica teve no caso do Brasil. No entanto, ambas compõem o cenário nacional, traçando um processo complexo e conflituoso. Sobretudo para as práticas comunitárias, que historicamente habitam a borda nos conflitos. Além disso, conforme Rubim (2007), no Brasil, as políticas culturais são marcadas por ausência, autoritarismo e instabilidade, compondo o cenário das tristes tradições, com momentos de aproximação do Estado e outros de tensões. Ainda, segundo o autor, alguns momentos de maior aproximação do Estado com o campo cultural, de maneira controversa, foram em governos autoritários, como nos casos da Era Vargas (1930-1945) e da ditadura militar (1964-1988), períodos em que várias instituições culturais foram fundadas⁸, marcadas por atuações negativas. Este período é apontado como paradoxal para o campo cultural (Calabre, 2009; Rubim, 2007).

Entre as décadas de 1930 e 1980, ainda que com momentos de instabilidade, os anos foram marcados pela institucionalização do campo cultural, enquanto os anos 1990 “ficou marcado pelo desmonte dos setores governamentais responsáveis pela área” (Silva, 2014, p.

⁸Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937); Conselho Nacional de Cultura (1938) (Rubim, 2007).

201). O Estado deixa de promover investimentos, se ausentando da gestão cultural e viabilizando políticas em que a esfera privada ganha destaque e demasiado privilégio nas decisões e nos rumos das políticas culturais. Como nos casos dos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (Rubim, 2007; Calabre, 2007).

As políticas culturais ganham real importância entre 2003 e 2015, destoando do cenário das tristes tradições que marcam o campo cultural, quando uma reformulação conceitual de cultura é proposta, incluindo e valorizando as diversas formas de manifestações culturais. Em 2004, o Programa Cultura Viva foi implementado pelo Ministério da Cultura e passou a apoiar espaços culturais por todo o território nacional, reconhecendo-os como Pontos de Cultura. Em 2014, o programa tornou-se política de Estado, a partir da sanção da Lei 13.018. A então Lei Cultura Viva visa fomentar processos culturais e promover a articulação em rede de iniciativas de bases comunitárias. Entre os anos de 2003 e 2010, significativas mudanças foram observadas no sentido de recolocar o poder público no setor cultural, buscando promover políticas de Estado e não de governo (Rubim, 2007).

Confirmando a definição dada por Rubim, a partir de 2016 com o governo Temer, o setor cultural sofreu novamente com a crise decorrente da instabilidade institucional que se expressa na ameaça de extinção do Ministério da Cultura (MinC). Ainda que o MinC, após ser extinto, tenha sido imediatamente recriado diante dos protestos e da mobilização dos grupos artísticos e culturais, ele passou por diversos cortes orçamentários, esvaziamento de planos e ações e do quadro de funcionários, contribuindo para o seu enfraquecimento.

Mais recentemente, o governo bolsonarista (2019-2022) reafirmou o cenário das tristes tradições, ao fechar o MinC, transformando-o em Secretaria Especial da Cultura. Além disso, privilegiou atuações ligadas a interesses políticos que foram incluídas no setor cultural, como as manifestações religiosas e a chamada cultura do agro. De acordo com Calabre (2020), durante seu governo, Bolsonaro identificou os grupos culturais e artistas como opositores a suas propostas e, assim sendo, os classificou como “oposição esquerdista” (2020, p. 10) a ser ferrenhamente combatida.

Na leitura de Barbalho (2007), alguns autores não compreendem intervenções não estatais na cultura como política cultural, porque estão presos a uma visão estreita do significado de público, entendido apenas como sinônimo de Estado. Essa fusão entre Estado e público, situada na Idade Moderna, foi explorada por Jürgen Habermas (1995, p. 75), entretanto, como aponta o filósofo, no contemporâneo há uma mudança. É importante perceber como o campo da política cultural no Brasil é público, no sentido da participação do

movimento social, amplo e diversificado, e com a ausência do Estado. Essa contextualização é importante para entender que as práticas promovidas pelo coletivo em nome da FLiA não estão isoladas. Pode-se concluir que instituições não estatais, empresas privadas e comunidades também promovem políticas de cultura em suas mais distintas formas de intervenção e de diferentes visões ideológicas.

Se, por um lado, em âmbito nacional temos políticas culturais e práticas promovidas independentemente, no âmbito estadual vê-se o surgimento da FLiA e de um espaço pluricultural único. Comparando o cenário de 2016, quando o coletivo surge, e o de 2023, podemos inferir que a produção desse coletivo plural contrasta com a monocultura agrária, típica prática agrícola do Oeste Paulista. Destacamos que essa região tem acesso limitado às políticas públicas de cultura, já que elas se concentram na capital⁹ e as promoções culturais pelo município são limitadas, quando não circunscritas às Feiras Agrárias com shows superfaturados que ocorrem na época dos aniversários dos municípios do interior na maior parte do estado (Assis – FICAR, Cândido Mota – Gigante Vermelho, Pirassununga – Festa do Peão *etc*).

Nesse sentido, ao reunir diversas manifestações artísticas produzidas independentemente, o coletivo da FLiA atua no processo de regeneração cultural, a promoção de uma outra cultura que não essa hegemônica produzida pelos governos municipais. A regeneração cultural é desenvolvida, segundo Célio Turino (2021), a partir da “Psicologia Social da Guerra”, de Martin Baró, que a define como um fenômeno que se dá na medida em que são cultivadas ações de partilha, celebrações e, nesse ambiente acolhedor, o público encara as problematizações sociais que orientam a programação do evento. São retomadas práticas da cultura indígena, como mutirões, rodas de saberes e oralidade. Analisaremos a seguir como se dão as práticas culturais, as temáticas e as formas de organização deste coletivo.

Reconstrução histórica: Galpão e FLiA

O objetivo deste tópico é reconstruir brevemente a história do Ponto de Cultura Galpão Cultural e da FLiA. Como abordagem metodológica, analisaremos a estrutura deles, atribuindo significado às práticas sociais.

⁹Vide o Edital do Programa Ação Cultural - ProAC 2021, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, que no artigo 1.2. prevê que o resultado final deverá observar que o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso será destinado a projetos de proponentes sediados (proponente Pessoa Jurídica) em município do estado de São Paulo, excluindo-se a capital.

Nossa investigação é, ao mesmo tempo, interventiva, enquanto participantes ativas desses dois espaços culturais. Assim, o histórico de ocupação do Galpão Cultural de Assis, bem como o da Feira Literária foram acessados a partir da história oral que é compartilhada por cada ocupante. Além disso, há registros em documentos, tais como atas de reuniões, relatórios de projetos e vídeo-documentário¹⁰.

A história de ocupação cultural do Galpão iniciou-se em Assis-SP em 2006, a partir da articulação em rede de cinco organizações da sociedade civil: Circus (Circuito de Interação de Redes Sociais); Zimbauê (Instituto do Negro de Assis); Pirassis (Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis); Trupe Retalhos (coletivo de artistas circenses amadores); e Casa do Ator (coletivo de atores amadores). Assim, criou-se esse espaço de fomento às práticas culturais. Desde lá, esse processo de idealização e organização se dá pelo encontro de diferentes trabalhadores e agitadores da cultura, artistas locais e da cidade de Assis e região, que têm em comum o objetivo de construir um espaço em que cada coletivo experimente suas práticas artísticas e expresse as próprias ideias.

Caminhando por essa história, em 2009, o Galpão Cultural conquistou a certificação enquanto Ponto de Cultura, o que impacta nas práticas e nos modos de organização dele, aproximando-se do entendimento das políticas públicas culturais, principalmente a Política Nacional Cultura Viva. Esse reconhecimento como Ponto de Cultura também garante ao espaço o acesso à essa referência metodológica de organização enquanto um dispositivo de cultura local e de desenvolvimento territorial. Nesse momento, o Galpão já dialogava com a literatura a partir do espaço da biblioteca comunitária pela ocupação do grupo “Escrita Assis” e por eventos autônomos que promoviam saraus.

Outro marco na história do Galpão é caracterizado por dois acontecimentos: o despejo de sua antiga sede e a nomeação do espaço da biblioteca comunitária como Ponto de Leitura, em 2013. Tais acontecimentos mobilizam os coletivos culturais a criar estratégias para superar essa situação. Assim, em 2012, alguns representantes dos coletivos que atuavam junto ao galpão iniciaram a ocupação de um antigo barracão da ferrovia, da extinta Fepasa no centro da cidade. Neste novo lugar, atualizam-se também os acordos de organização e gestão. O espaço abre-se como solo fértil no meio da cidade, como diria Célio Turino, sustentado por paredes históricas de um antigo prédio da Estrada de Ferro Sorocabana. Este território de ocupação coletiva e autogestionária se tornou referência para a atuação e produção de

¹⁰Para acesso, segue *link* do documentário Ponto de Cultura Galpão Cultural, produzido no ano de 2020, com foco na visão dos produtores culturais que ocupam diariamente o espaço: <https://www.youtube.com/watch?v=F4FPCUuY2Vg&t=8s>.

diversos coletivos, o que evidencia também a ausência ou insuficiência no acesso às políticas culturais. Após esse momento, a Feira Literária de Assis surge no espaço.

O projeto de uma feira literária em Assis teve os primeiros rascunhos em meados de 2016, quando surgiram demandas de editoras independentes e escritores que circulavam ou ocupavam o Galpão para lançamentos de livros. A vinda de escritores individualmente em busca de apoio para lançamento de livros aumentou e esse movimento evidenciou tanto a dificuldade de acesso ao mercado editorial no interior, já que as editoras se concentram nas capitais, quanto a falta de ações que promovessem um circuito literário local. Olhando para a conjuntura, as cidades ao entorno não tinham feiras literárias próprias e regulares; uma das duas livrarias em Assis fechou e a Biblioteca Municipal tem, até hoje, um funcionamento irregular e burocratizado. Diante disso, a pauta da feira emergiu nas reuniões dos coletivos organizados e a primeira edição foi realizada em fevereiro de 2017.

A equipe que organiza a Feira Literária de Assis promove um espaço de debate constante e produz, além do evento em si, outros encontros culturais e formativos acerca de literatura e temáticas transversais. A FLiA caminha em 2023 para seu sétimo ano de realizações e estrutura-se em três principais frentes: os clubes de Leitura Leia Mulheres Assis e Kauê Zimbauê, as “Pré-FLiAs” e a FLiAzinha. Isso significa dizer que as pessoas que organizam a FLiA estão engajadas, seja nos clubes de leitura, seja nos eventos culturais e artísticos ou nas ações para o público infanto-juvenil.

Cabe ressaltar que a FLiA conta com a participação de editoras independentes, coletivos com diferentes atuações e autores. Além disso, dialoga com diversas linguagens artísticas a partir das oficinas, do sarau, do *slam*, do teatro e das leituras dramáticas propostas. Historicamente, ocorre em vários pontos da cidade e são eventos gratuitos, possibilitando ao público a construção do conhecimento cultural e literário.

Ao dialogar, desde o início, com diversas expressões artísticas, o evento enfatiza o trabalho de escritores e outros profissionais das letras, músicos e artistas independentes do Oeste Paulista. O conjunto dessas ações compõe a agenda anual de mobilização para a Feira Literária de Assis, um evento cultural de três dias, com uma programação que inclui instalações artísticas, exposições, varal de poesias, sarau, oficinas culturais, lançamentos e feira de livros, apresentações musicais e performances. Essa estrutura da feira está sempre em construção; as propostas de mudanças são encaminhamentos das avaliações finais de cada ciclo.

FLiA: base comunitária

A realização da FLiA parte de uma construção que vai se compondo na articulação coletiva, na formação de redes, nas trocas proporcionadas pelos encontros e na afirmação da diversidade. Nesse sentido, manifesta-se contrária à visão mercadológica de produção cultural, que tem como principal motivador a comercialização de um produto. Na dinâmica mercantil, a produção cultural se dá de forma centralizadora, privilegiando os grandes centros urbanos e a cultura de massa, em detrimento das periferias e da cultura popular. Além disso, configura-se enquanto um evento pontual, a depender dos resultados financeiros. No caso da produção de base comunitária, a atuação se consolida de modo permanente, vinculada ao território, tal como o movimento de cultivo do solo, que ao trabalhar na terra, trabalha-se a terra e a transforma, e se transforma.

A primeira FLiA problematizou o mercado editorial, e a partir de uma avaliação pós-evento, evidenciou-se que tinha uma participação incipiente de mulheres nos espaços de fala. Assim, o processo curatorial, a partir da segunda edição, FLiA - Mulheres, trouxe uma análise crítica acerca das categorias de raça, classe e gênero, mediando estas questões na esfera pública. Tais problematizações foram ampliadas para a terceira edição, FLiA - Marginal, nas Pré-FLiAs Oficinas Culturais e na quarta FLiA - Abayomi.

Trata-se de um processo de curadoria ativista que, a partir das próprias experiências, mobiliza-se diante das reflexões e as atualiza para as próximas edições, sempre em movimento de autocrítica e formação. Tal movimento, que ocorre no âmbito da FLiA, é característico das políticas públicas de base comunitária. A análise dos ciclos feita pelo coletivo é uma das características da política cultural de base comunitária, presente no texto “Políticas culturais de base comunitária” (Flacso, 2023). Outros autores também trazem essa questão da atualização, como Bruno Latour (1997) ao apontar para as atualizações que cada experimentação traz na medida em que há uma rotina, como em um laboratório, que propicia versões do objeto de pesquisa. Esse movimento também é a própria definição do conceito de formação *bildung*, ou seja, processo de individualização, autocrítica e reescrita formativa e aberta, presente, entre outros, em Goethe (2009) e Benjamin (2020).

O hábito, no sentido da permanência dos eventos, tem relevância quando se fala em incentivo e formação, possibilitando um processo emancipatório a partir da leitura crítica e promoção de debates com o público. Além disso, propicia a aproximação entre criação artística e produção cultural, dando possibilidades de acesso e fomento. Essa prática viabiliza um circuito artístico permanente frequentado pelo público.

Com o decorrer dos anos de FLiA, surgiram na cidade novos clubes de leitura, chegando a cinco clubes em 2022. As inscrições nas chamadas públicas de lançamentos, assim como a participação do público, também aumentaram a cada ano. Não somente no sentido quantitativo, mas a própria organização do espaço e a conscientização do público para a corresponsabilização têm melhorado qualitativamente.

Por organização, não devemos dissociar o trabalho do coletivo de pessoas que compõem a organização da Feira. Ações, como os mutirões de organização da biblioteca, limpeza do espaço e a composição do varal de poesias para os eventos, contam com essa rede de apoio de pessoas que também compõem o público da Feira. A instalação da própria FLiA permite que o público socialize seus versos, traduções livres, fotografias e ilustrações durante o evento. Podemos entender que essas ações contribuem para o processo da FLiA enquanto uma prática cultural de base comunitária.

Nos abre, portanto, uma perspectiva de continuidade e circulação territorial que pode ser vista como lugar de transição dos modos de fazeres culturais e aproximação de novos integrantes. O espaço no qual as reuniões de organização e as ações ocorrem se caracteriza pela constante troca, incentivo e mediação de leitura, propondo interações diretas entre artistas, profissionais da letras e público.

Por essa potência de um espaço que concilie crítica social e apresentações artísticas, criou-se após a primeira FLiA, como preparação formativa, as chamadas “Pré-FLiAs”. Vale ressaltar que essas ações de formação são experimentadas pela organização da Feira Literária de Assis desde 2017, adquirindo por meio delas um reconhecimento por aqueles que a frequentam. Este movimento de criação e consolidação de uma feira literária foi novo na região, já que muitas das produções artísticas ficavam restritas a um grupo, devido ao investimento necessário ou circunscrito à capital e valorização da administração cultural neste município. É relevante mencionar que essa região é entendida por nós, fazedores de cultura, como Interior Profundo, por estar à margem dos grandes centros de produção cultural, manifestando criticamente a escassez de políticas públicas do estado de São Paulo na região. Por fim, cabe mencionar que a organização das atividades da FLiA e FLiAzinha é realizada majoritariamente por mulheres, pessoas racializadas e LGBTQIA+ que, historicamente, também estão à margem da produção cultural.

Mesmo o projeto não tendo sido contemplado, nos anos de 2017 a 2021, pela política de cultura vigente no estado de São Paulo, em 2020, as ações da FLiA se ampliaram. A IV FLiA - Abayomi foi adiada pelo impacto da crise sanitária e inaugurou-se a GaleFLiA - Latossolos, espaço virtual de exposição de artes visuais, e a convocatória da “Exposição” teve

o apoio de outro coletivo, a Sopa¹¹. Acessando apenas recursos públicos disponibilizados pela conquista do movimento de cultura com a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, em 2020, a organização da FLiA contou com o apoio da rede de afetos para divulgar a ação. A exposição reuniu obras de artistas da região do Oeste Paulista inspiradas pela memória e identidade do povo e do nosso território, caracterizado pelos solos férteis de cor avermelhada ou latossolos. Nesta sinestesia, o olhar para essas manifestações artísticas capta o sabor e o saber do que as imagens têm a oferecer.

As transmissões ao vivo das Oficinas Culturais, com a pandemia de Covid-19 também buscaram manter a regularidade das ações e aprofundar questões formativas que surgiram nos eventos anteriores. No estado de contradições da política durante a crise pandêmica, ampliaram-se os espaços de atuação e diálogo entre FLiA e agentes culturais do Fórum de Cultura Interior Profundo¹² e, posteriormente, constituiu-se a criação do FACA (Fórum Aberto de Cultura de Assis ou Assisense).

Podemos considerar com esses fazeres outro aspecto que caracteriza a FLiA como um projeto de base comunitária: a construção das ações a partir das redes de afetos, manejadas por vínculos de trabalho e amizade, histórico de ações compartilhadas, memória e efeitos de mobilização pelo Galpão Cultural. Desde o mapeamento de convidadas, expressões artísticas, performances e apresentações são baseadas na relação de rede desses fazedores culturais. A produção da FLiA aproxima-se de coletivos que atuam no Galpão, voltados para a infraestrutura do evento e para os bastidores com o Estúdio Popular; da oficina terapêutica de culinária da Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis - Pirassisi, responsável por preparar as refeições e a organização dos camarins; da Rede Trem Bão, que garante os produtos preparados nas refeições; do Instituto Zimbauê, na composição dos espaços de formação e acolhida de convidados, dos artistas da cidade e a sensibilidade deles às temáticas abordadas. A importância da formação de redes pode ser visualizada no relatório de realização da IV FLiA Abayomi, enviado ao Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo, em 2022.

A IV FLiA – Abayomi se fortalece ainda mais ao trazer a cultura e história afro-brasileira como tema desta edição. A memória e identidade popular do povo brasileiro, compartilhadas através de diversas narrativas e expressões artísticas, abrilhantando cada momento, ampliaram nosso processo de formação, reflexão e debate. Por meio de uma construção coletiva que

¹¹A Sopa Análises é um coletivo de curadoria e produção artística fundado em 2018, que se preocupa com a acessibilidade de conteúdos e a viabilização de debates e promoção de artistas e coletivos independentes tratados como marginais no campo da arte.

¹²Criado em 2020, por meio da articulação de artistas e fazedores de cultura da região do oeste paulista.

envolveu o *Instituto do Negro de Assis – Zimbauê*, importante espaço de resistência da cultura preta em nossa cidade, a IV Feira Literária de Assis foi tecida por redes de afetos e de trocas. Além desta, tivemos ainda outras parcerias, entre coletivos e instituições, como *A Sopa; Pirassis – Associação dos Usuários, Familiares, e Amigos da Saúde Mental; Feira de Economia Solidária de Assis; Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Unesp; FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis* e o *Ponto de Cultura Galpão Cultural*, espaço que sediou toda a programação da FLiA.¹³

Esses são alguns dos coletivos que semeiam juntos neste solo em recomposição, mediados por trocas não monetárias, uma visão tridimensional de ação transformadora, princípio evidenciado por Turino (2021) nos 3 “d” da Cultura Viva¹⁴: descolonização, despatriarcalização e desmonetização. Sendo a descolonização um processo pelo qual se busca restaurar a autonomia das populações colonizadas; a despatriarcalização, o processo de desmantelamento das estruturas patriarcais na sociedade; e a desmonetização se refere à retirada do capital do centro de circulação das atividades.

Nesses campos dimensionais, podemos citar que, em relação à despatriarcalização, a equipe de organização e as convidadas da Feira são majoritariamente mulheres que têm posicionamento político crítico às estruturas hegemônicas e que não veem uma separação do sujeito e do trabalho desempenhado por ele como a ideologia capitalista propaga. Em relação ao projeto decolonial, denunciar a existência de consequências e efeitos do colonialismo no presente, podemos afirmar que no campo da cultura percebe-se a falta de políticas públicas nesse sentido em nosso município, sendo uma prática de denúncia dos efeitos do colonialismo a própria escolha das temáticas da Feira Literária: FLiA Mulheres, Marginal e Abayomi. A IV edição propôs o fortalecimento da identidade afrobrasileira, ressaltando o desenvolvimento do movimento negro e de artistas que trazem a história afrobrasileira nos trabalhos deles. Eventos culturais gratuitos como a FLiA têm impactos na população, entretanto, há fatores estruturais da nossa sociedade que limitam um maior acesso do público ao evento e aos debates.

Construir relações da literatura com outras linguagens, como danças, músicas, apresentações teatrais e saraus abertos no mesmo espaço da leitura dirigida¹⁵ promove interações entre o público e as obras, ao mesmo tempo em que amplia uma rede de divulgação

¹³Relatório de execução do projeto IV FLiA Abayomi - Edital PROAC nº 34/2021 - Eventos Culturais e Criativos.

¹⁴Aula de Direitos Culturais, módulo 2, em Posgrado Internacional en Políticas Culturales de Base Comunitaria, FLACSO Argentina.

¹⁵Gerardo Mosquera, em entrevista para Marcos Grinspum Ferraz. Disponível em: https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/e-preciso-libertar-se-de-uma-identidade-latino-americana-reduccionista/?fbclid=IwAR1NWX92TmoJnqWYjSuitZTtAe_h1Pj2do3QSEge9psU4RZ_32IZU0imVcU. Acesso em: 4 jul. 2021.

de materiais literários e livros. Outro ponto relevante é que as ações do projeto incentivam o público a ocupar e emprestar livros da Biblioteca Comunitária do Ponto de Cultura Galpão Cultural, visto que as obras lidas nos encontros serão adquiridas pelo projeto e disponibilizadas no acervo.

Acreditamos que a FLiA possui um potencial multiplicador significativo na prática da promoção e do incentivo à leitura, por promover encontros literários com o intuito de difundir obras de escritores e escritoras de obras contemporâneas e clássicas, brasileiras e estrangeiras, conhecidas ou não pelo grande público, publicadas por editoras maiores ou independentes. Por meio dos encontros, das trocas e das vivências coletivas, reconhecemos e fomentamos a produção literária independente de escritoras e escritores, cordelistas, poetas e artistas da nossa região, em todas as suas possibilidades de linguagens.

Sendo assim, a FLiA, desde a primeira edição, evidencia como o campo da política cultural é vasto e diversificado. O fato de ser um evento permanente e sempre gratuito garante o pleno acesso aos bens e serviços culturais.

Considerações finais

A fragilidade da democracia brasileira e as emergências do acesso às políticas públicas de cultura levam muitos artistas, produtores culturais e pesquisadores a migrarem para as capitais e o exterior. Na contramão disso, a FLiA constrói e amplia suas parcerias com diversos agentes culturais, cidadãos e grupos da cidade de Assis e região. Essa é a primeira característica em que nos baseamos para afirmar que a FLiA é um projeto de base comunitária.

Outra característica que apontamos é o financiamento coletivo e o trabalho voluntário de suas ações, que são movidas a partir das redes de afetos. No entanto, há desvantagens nesse modo de atuar, tendo em vista que a resistência de práticas vem acompanhada da precarização do trabalho das pessoas envolvidas, bem como a limitação do escopo da ação. Cabe ainda apontar para a questão de gênero, já que a maioria das trabalhadoras da Feira é composta de mulheres, que encontram nesse espaço uma possibilidade de sustentabilidade financeira, apesar de instável e nem sempre remunerada.

As experiências e os conteúdos produzidos na FLiA buscam dialogar com os processos de criação e de análise crítica acerca do mercado e da cadeia produtiva cultural, e com as políticas públicas. Como efeitos de um diálogo público persistente entre a sociedade civil e o Estado, a FLiA mantém como perspectiva a cogestão, princípio da Cultura Viva

Comunitária, e o protagonismo na construção de políticas públicas culturais. A relevância deste projeto está na busca pela democracia no acesso à cultura, à educação e à formação cidadã transformadora, que sustentam uma curadoria ativista.

A cada edição, a FLiA vem aumentando seu público frequentador. Mais pessoas da cidade de Assis e da região participam como ouvintes ou proponentes de outras formas de atuação, como lançamentos de livros, exposições artísticas, leituras públicas nos saraus, apresentações teatrais e musicais, entre outras. Assim, é ampliada a capacidade de acesso do evento às pessoas e, ao mesmo tempo, em sua maneira de se apresentar como um espaço aberto e de construção coletiva, evidenciando a importância de sua continuidade como lugar de formação e fruição cultural.

O fato de o evento ter continuidade mesmo sem recursos só confirma nosso argumento deste projeto como sendo de base comunitária. No entanto, necessita ter reconhecimento pela gestão pública. Por fim, a Feira Literária de Assis segue resistindo e criando novas possibilidades de produção cultural de base comunitária no interior paulista, terras de retomada para a construção de outro mundo possível.

Referências

BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BENJAMIN, W. **O contador de histórias e outros textos**. São Paulo: Editora Hedra, 2020.

CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7-21, 2020. DOI 10.11606/extraprensa2020.170903. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: <http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre%2c%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FALCÃO-LUNA, C. E.; JESUS, P. Produção cultural comunitária no Brasil: do empírico ao teórico. **Revista Razón y Palabra**, Quito, v. 20, n. 95, 2016. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/793>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FLACSO. **Curso de posgrado internacional 2023**: políticas culturales de base comunitaria. Buenos Aires: FLACSO, 2023. Disponível em: <https://www.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2017/11/Programa-Políticas-culturales-de-base-comunitaria-2023.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GOETHE, J. W. **Os anos de aprendizado do jovem Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HABERMAS, J. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

LATOURETTE, B. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais e novos desafios. **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 93-115, 2009. DOI 10.11606/issn.1982-8160.v2i2p93-115. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38226>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SANTOS, E. S. Cultura e cidadania: políticas culturais de base comunitária. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 18-36, 2016. DOI 10.11606/extraprensa2016.114508. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/114508>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SILVA, R. M. D. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 199-224, 2014. DOI 10.1590/S0102-69922014000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pkCD7nQQmzBs39DnCGXCyBf/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

TURINO, C. **Direitos culturais**. Clase 4. Módulo 2. Vídeo-aula. Posgrado Internacional en Políticas Culturales de Base Comunitaria, FLACSO Argentina. Disponível em: [flacso.org.ar/flacso-virtual](https://www.flacso.org.ar/flacso-virtual). Acesso em: 2 fev. 2023.

Submetido em 06 de junho de 2023.

Aprovado em 06 de outubro de 2023.